

**A PETROBRAS COMO UM VETOR DA CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA
BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE O EMPRESARIADO E AS POLÍTICAS
PETROLÍFERAS NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964**

**PETROBRAS COMO VECTOR DE LA CONTRARREVOLUCIÓN PREVENTIVA
BRASILEÑA: LA RELACIÓN ENTRE EMPRESARIOS Y POLÍTICAS PETROLERAS EM
EL CONTEXTO DEL GOLPE DE 1964**

**PETROBRAS AS A VECTOR OF BRAZILIAN PREVENTIVE COUNTERREVOLUTION:
THE RELATIONSHIP BETWEEN BUSINESSPEOPLE AND OIL POLICIES IN THE
CONTEXT OF THE 1964 COUP**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.58866>

Julio Cesar Pereira de Carvalho¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de evidenciar a cadência orgânica entre a Petrobras, a ditadura e as classes dominantes brasileiras. Na trilha dos autores que identificam o golpe de 1964 e o regime então instituído como militar e empresarial, são evidenciados elementos que apontam a ascensão de atores vinculados às indústrias privadas pela estrutura organizativa do Estado, em geral, e da Petrobras, em particular. Esse processo, segundo hipótese que rege o estudo, foi resultante do fato de a estatal do petróleo ter sido um dos vetores da contrarrevolução preventiva acirrada a partir da década de 1950.

Palavras-chave: Petrobras. ditadura empresarial-militar. contrarrevolução preventiva. empresariado brasileiro. política energética.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo resaltar la cadencia orgánica entre Petrobras, la dictadura y las clases dominantes brasileñas. En el recorrido de los autores que identifican el golpe de 1964 y el régimen entonces instaurado como militar y empresarial, se destacan elementos que apuntan al ascenso de actores vinculados a las industrias privadas a través de la estructura organizativa del Estado, en general, y de Petrobras, en particular. Este proceso, según la hipótesis que rige el estudio, fue resultado de que la petrolera estatal fue uno de los vectores de la contrarrevolución preventiva a partir de los años cincuenta.

Palabras clave: Petrobras. dictadura empresarial-militar. contrarrevolución preventiva. empresas brasileñas; la política energética.

Abstract: This article aims to highlight the organic cadence between Petrobras, the dictatorship and the Brazilian ruling classes. In the path of the authors who identify the 1964 coup and the regime then established as military and business, elements are highlighted that point to the rise of actors linked to private industries through the organizational structure of the State, in general, and Petrobras, in particular. This process, according to the hypothesis of this study, was the result of the fact that the state oil company was one of the vectors of the preventive counter-revolution from the 1950s onwards.

Keywords: Petrobras. business-military dictatorship. preventive counterrevolution. Brazilian business Community. energy policy.

Introdução

Diferentemente de outras empresas estatais criadas ao longo do século XX, a Petrobras já nasceu com uma grande identidade política. O processo de criação da empresa e o decurso de sua trajetória foram demarcados por divergências de classe, em um movimento em que frações militares, empresariais e trabalhadoras articularam-se de diversas formas a fim de definir os rumos políticos da companhia.

O objetivo central deste artigo é destacar episódios que evidenciem a cadência orgânica entre a Petrobras, a ditadura e as classes dominantes brasileiras. Procurar-se-á gerar aportes para corroborar a hipótese de que a estatal do petróleo foi um dos vetores que implicou o aprofundamento da contrarrevolução preventiva que desembocou no golpe de 1964.

O artigo está dividido em dois blocos, que se complementam. No primeiro, que abrange as duas primeiras seções, são explicitadas breves notas acerca do conceito de contrarrevolução preventiva, de modo a caracterizar os blocos políticos em disputa entre 1945 e 1964. Em seguida, é empreendida uma análise acerca da interação entre as diretrizes da Petrobras e o empresariado entre 1953 e o golpe de 1964. O intuito desta segunda seção é realçar que as interações sindicais dos trabalhadores da categoria e as políticas petrolíferas de cunho “nacionalista popular” configuraram quesitos fundamentais para o acirramento da postura contrarrevolucionária do segmento civil-militar multinacional.

No segundo bloco deste artigo é demonstrado como que, a partir da instauração da ditadura, assentada em uma sistematizada repressão aos trabalhadores petroleiros, frações empresariais conseguiram ter uma maior ascendência no delineamento das políticas petrolíferas do país. O bloco também é constituído por duas seções, sendo a primeira dedicada a explicitar a disseminação de agentes vinculados à entidade civil-militar anticomunista denominada Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) pelos órgãos do Estado responsáveis pelas questões petrolíferas do país. Por fim, é efetuada uma análise quantitativa e qualitativa a partir da síntese das biografias coletivas de todos os presidentes e diretores da Petrobras na ditadura, de modo a expor os vínculos orgânicos entre tais atores e os capitais privados.

Para além de fontes secundárias, a investigação contou com a análise de números da revista oficial da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), bem como de boletins informativos do IPES presentes no Arquivo Nacional. Ademais, os levantamentos biográficos foram realizados a partir de verbetes presentes no Cpdoc/FGV, prontuários e informações que constam no Fundo da Divisão de Informações da Petrobras depositados no Arquivo Nacional, assim como nas pesquisas seminais de René Dreifuss (1981) e Elaine Bortone (2018).

Classes sociais e militares entre 1945 e 1964: contrarrevolução preventiva e a caracterização dos blocos em disputa

Antes de adentrarmos nas questões atinentes à conformação do capitalismo brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 e à relação entre a Petrobras e a luta de classes, é importante tecermos algumas breves considerações teóricas e históricas, de modo a caracterizar os blocos sociais em disputa naquele período. Apoiado na trilha interpretativa de Francisco de Oliveira (2003, p. 61), a história da formação social e econômica do país no século XX é aqui compreendida como a expansão de uma sociedade eminentemente capitalista. Isso não significa, porém, que no Brasil se repetiu o modelo clássico de

desenvolvimento do capitalismo, tal qual aquele ocorrido nos países centrais, como França e Inglaterra. Diferentemente dos países do centro capitalista, o acirramento da industrialização brasileira, ocorrido a partir da década de 1930, foi caracterizado por uma continuidade e forte presença das classes proprietárias rurais no bloco no poder², ainda que sem primazia e com poderio menos destacado que outrora (OLIVEIRA, 2003, pp. 63-64).

Além disso, outro aspecto elementar a se destacar, que historicamente qualifica a dominação burguesa no Brasil, são as mudanças sociais sem a inserção efetiva das classes subalternas. Essa característica pode ser compreendida como um aspecto importante do processo de contrarrevolução preventiva³ que reveste o desenvolvimento do capitalismo no país.

Um dos quesitos fundamentais que caracteriza a contrarrevolução preventiva é a desagregação e desorientação das classes dominantes. Nesse sentido, os componentes estruturais que configuraram a formação histórica e social brasileira entre 1920 e 1964 realçados pelo historiador Renato Lemos (2014, pp. 118-119) evidenciam a impossibilidade de a burguesia construir consensos efetivos entre as suas próprias frações, e tampouco em relação ao conjunto da sociedade. Se considerarmos o período entre 1945 e 1964, é possível perceber desorientações e fricções intra-burguesas em todas as sucessões presidenciais após a eleição de Eurico Dutra, seja na deposição de Vargas em 1954, na tentativa de impedir a assunção presidencial de Juscelino Kubitschek (1955) ou na crise da legalidade (1961). Essa fragmentação basilar é um dos anteparos fundamentais que faz com que o rumo político da burguesia seja orientado pela contrarrevolução preventiva:

[O rumo político impingido pela burguesia é] Contrarrevolucionário, não porque percebesse em seu horizonte uma efetiva ameaça revolucionária, mas porque, em todo o período, várias experiências históricas indicam que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário, ainda que não suficiente, para configurar-se uma situação revolucionária. Preventivo, porque era preciso evitar o surgimento de elementos que, articulando-se com os necessários, formassem um conjunto suficiente para a configuração de uma situação revolucionária (LEMOS, 2014, p. 119).

Desse modo, uma inserção mais efetiva das classes subalternas nas transições políticas mais acentuadas, como em 1930, 1945 e 1964, pode ser compreendida como um dos elementos que, na visão das classes dominantes, poderia ser articulado com os “necessários” para instaurar uma situação revolucionária.

Esse processo pode ser combinado com a concepção de Antonio Gramsci de “revolução-restauração” que corporifica o conceito de revolução passiva. Nesse sentido, nessas transições sociais também é comum identificar assimilações laterais e rebaixadas de algumas demandas dos trabalhadores como forma de neutralização de posições potencialmente revolucionárias⁴.

A trajetória da Petrobras e as relações sociais em sua volta constituem elementos importantes para compreender uma das facetas acerca da contrarrevolução preventiva que foi acirrada a partir da década de 1950 e que permeou a instauração da ditadura, em 1964. Desde o processo de criação da estatal, diversas frações de classe e militares se mobilizaram de forma assertiva para garantir o monopólio estatal da produção petrolífera, em um movimento que desembocou na campanha “O petróleo é nosso” (1948-1953). Este processo constituiu um episódio fulcral para a formação e disseminação de um nacionalismo

de cariz “popular” na década de 1950. Concomitante a esse fator, conforme será exposto adiante, as mobilizações dos trabalhadores da empresa e as diretrizes políticas da mesma estabelecidas no governo João Goulart, com destaque para a encampação das refinarias privadas, colocaram a Petrobras no âmago do processo de contrarrevolução preventiva que culminou no golpe de 1964. Uma das raízes desse movimento contrarrevolucionário foi o anticomunismo disseminado pelo país sobretudo a partir de 1945.

O fim coetâneo da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ensejou importantes reconfigurações políticas e ideológicas nos atores e organizações sociais brasileiros. Sobretudo com o início da Guerra Fria (1947), que antagonizou mundialmente socialismo e capitalismo, os valores e contendas relacionados aos embates entre os dois blocos (URSS e EUA) balizaram de forma substantiva as relações sociais do país.

Uma vez que o Brasil integrava o bloco liderado pelos Estados Unidos, significativas composições políticas e sociais foram mobilizadas no sentido de reafirmar a defesa do capitalismo e o combate ao comunismo, real ou imaginário. Desse modo, a luta de classes foi demarcada pelo anticomunismo, que, por sua vez, foi combinado, de forma harmônica ou conflituosa, a dois outros elementos fundamentais. Trata-se do nacionalismo – seja aquele de cariz popular⁵, como o carreado por parcelas do Partido Trabalhista Brasileira (PTB), pelo Instituto Social de Estudos Brasileiros (Iseb) e, até mesmo, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) -, seja aquele presente na alçada da Escola Superior de Guerra (ESG), concebido junto ao combate aos “inimigos internos”. E também pelo reformismo – seja o de matiz mais revolucionária e comunista, seja aquele protagonizado por determinados agentes e agrupamentos empresariais. De forma geral, entre 1945 e 1964 as entidades políticas e os partidos brasileiros se organizaram, de forma complexa e muitas vezes contraditória, em torno desses elementos (nacionalismo, anticomunismo e/ou reformismo) (LEMOS, 2014, pp. 119-122).

Na esfera das Forças Armadas, no final da década de 1940 foi criada a ESG. Junto com o IPES, de 1961, a Escola militar foi uma das principais responsáveis pela formulação e disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), construída a fim de combater os supostos “inimigos internos” da nação – leia-se, agentes e agrupamentos que pleiteassem maiores direitos às classes subalternas e/ou defendessem a economia nacional, a despeito de serem eminentemente comunistas (cf. ALVES, 1989).

No campo empresarial do país, após significativo protagonismo no delineamento das políticas estatais entre 1930 e 1945, as lideranças tradicionais do segmento industrial mais afeitas ao varguismo – como Morvan Dias Figueiredo, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen (este falecido em 1948) -, foram dividindo espaço na cena política com outros atores importantes. A partir dos anos finais da década de 1940, surgia um movimento conhecido como “geração dos cadetes” na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e na Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ), formado por diretores de empresas, como Manoel da Costa Santos, Humberto Reis Costa, Eduardo Garcia Rossi, dentre outros. Muitos desses “cadetes” tinham relações íntimas e diretas com os grupos econômicos estrangeiros (LEOPOLDI, 2000, pp. 87-88). Ao longo da década de 1950, e sobretudo nos anos iniciais do decênio subsequente, uma parcela importante do empresariado foi atuando cada vez mais orientada pela DSN, sendo a própria Fiesp uma das importantes entidades que agiram nesse sentido (cf. LEMOS, 2020).

Como destaca Renato Lemos (2014, pp. 119-122), em torno de um ajuste complexo entre o nacionalismo, o reformismo e o anticomunismo foram articulados campos políticos. De um lado, pode-se perceber aquilo que o autor denomina “campo civil-militar nacional-popular”, que era composto pelas forças do “nacionalismo popular” aqui já destacadas (sobretudo PTB, Iseb e PCB), segmentos militares, sindicais etc⁶. Em contraste a esse agrupamento foi solidificado um bloco civil-militar que Lemos alcunhou de “liberal e integracionista”, ou “multinacional e associado”⁷, eminentemente antivarguista, cuja expressão partidária era consubstanciada na União Democrática Nacional (UDN). Como destaca o autor:

Neste campo, a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN e na identificação com entidades – efetivos aparelhos ideológicos da burguesia - defensoras de reformas da democracia em sentido elitista e antipopular, como a Escola Superior de Guerra (ESG - 1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD - 1959) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES - 1961) (LEMOS, 2014, p. 120).

As caracterizações das classes sociais e as suas formas e orientações políticas aqui expostas são importantes para compreender a Petrobras, haja vista que o Estado e o seu sistema produtivo não são aqui percebidos como entidades etéreas, que agem de forma autônoma, sendo tocadas por tecnocratas ou por uma burocracia supostamente despolitizada⁸. De forma distinta, o Estado é aqui compreendido enquanto uma *relação social* e em seu sentido *integral*, sendo que a sociedade política é organicamente embrenhada à luta de classes que permeia a sociedade civil. Essa percepção, portanto, tributária de Antonio Gramsci, considera que a separação entre Estado e sociedade – ou entre estrutura e superestrutura - constitui apenas a forma, ou aparência, das relações capitalistas, podendo essas “arenas” serem apartadas em termos estritamente metodológicos (MENDONÇA, 2014).

A Petrobras e o recrudescimento da contrarrevolução preventiva brasileira (1956-1964)

Após quase dois anos de trâmite, embates e alterações no Congresso, foi sancionada a lei nº 2003 que criou a Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras⁹. A empresa passou a deter o monopólio de todo o processo produtivo do petróleo, da produção do óleo cru, passando pela pesquisa, pelo transporte marítimo e pelo refino. A exceção em relação à monopolização estatal do setor foi aberta apenas para as refinarias privadas que já atuavam no país e para as distribuidoras de derivados.

A criação da Petrobras significou a acentuação dos embates entre diversas frações de classe. No campo “popular”, entre 1948 e 1953 a campanha do petróleo mobilizou estudantes, trabalhadores, além de frações políticas e militares em prol do monopólio estatal da produção petrolífera. O movimento foi fundamental para o fortalecimento de uma esfera política calcada nos princípios de um “nacionalismo popular”, como aquele empunhado por frações do PTB, pelo Iseb e, em alguma medida, pelo PCB. Em linhas gerais, as vertentes mais extremadas desse “nacionalismo popular” conjugavam a contraposição ao imperialismo e às oligarquias agrárias às reformas em prol das classes subalternas (CRUZ, 2014, pp. 17-18).

Por outro lado, a inviabilização da iniciativa privada no processo de produção petrolífera desagradou o conjunto das burguesias. As nuances em relação à contraposição do empresariado à criação da Petrobras, no entanto, são importantes e devem ser vinculadas à postura mais geral das frações burguesas

frente ao varguismo. Nesse sentido, as Associações Comerciais do país e a FIRJ se colocaram de forma mais enfática contra o monopólio estatal, haja vista que esses segmentos empresariais tinham laços mais estreitos com os capitais estrangeiros e, por conseguinte, eram mais avessos às políticas de Vargas. A Fiesp, por sua vez, criticou a inviabilização da iniciativa privada na seara petrolífera, mas seus interesses ainda induziam certo apoio, ou tolerância, às políticas governamentais (LEOPOLDI, 1994, pp. 176-184).

No campo militar, destacaram-se as discussões entre os generais Juarez Távora e Júlio Caetano Horta Barbosa, ocorridas no Clube Militar a partir do final da década de 1940. Os embates foram instigados pelo Estatuto do Petróleo¹⁰ e logo repercutiram na imprensa, tendo sido importantes para inflamar as mobilizações sociais em torno da temática. O primeiro, um dos encabeçadores da ESG, defendia a entrada de capitais privados - nacionais e estrangeiros - no processo de produção petrolífera do país, argumentando que o Estado e as iniciativas locais ainda não tinham capacidade técnica para atuar no ramo. Em contraste, Horta Barbosa, que fora o primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com orientação fortemente nacionalista, defendia o monopólio estatal, explicitando que o controle do Estado na produção petrolífera era fundamental para garantir a soberania dos preços dos derivados (cf. MOURA, 1986).

A significativa mobilização social em torno da criação da Petrobras fincou as bases para que a petrolífera tivesse uma ampla identidade política, diferentemente das demais estatais criadas entre as décadas de 1940 e 1960, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1941) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) (1945), por exemplo. A petrolífera chegou a constar na carta-testamento de Getúlio Vargas (cf. VARGAS, s/d), quando este optou pelo suicídio para antecipar-se à sua deposição em meio a escalada golpista construída ou apoiada por frações empresariais, militares e por setores da oposição, com destaque para a UDN

Após o suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954, seu vice, Café Filho, foi quem assumiu a presidência. Filiado ao Partido Social Progressista (PSP) e com uma orientação que conjugava o anti-varguismo à liberalização econômica, conduta que o aproximava de setores da UDN, Café Filho não conseguiu impingir alterações substantivas nos rumos da Petrobras. Isso ocorreu, em grande medida, pelos dispositivos de autofinanciamento que a estatal desfrutava desde a sua concepção. Ou seja, o fato de os recursos da petrolífera serem provenientes de fontes como o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), e não do orçamento federal, garantia significativa autonomia da empresa frente às movimentações político-institucionais (ALVEAL CONTRERAS, 1994, pp. 72-73).

Em outubro de 1955, Juscelino Kubitschek venceu as eleições pelo Partido Social Democrático (PSD) com 35,68% dos votos, derrotando o seu adversário, Juarez Távora, por uma pequena margem de 5,41%. Como vice, pelo PTB, foi eleito João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, com 44,25% dos votos, 2,55% a mais que o seu principal adversário, Milton Temer, que saiu pela UDN mineira.

A partir de uma peculiar interpretação constitucional, o campo “liberal e integracionista” tentou instituir um golpe, argumentando que JK não poderia ascender ao cargo por não ter tido maioria absoluta dos votos. O intento foi obstruído com o contragolpe legalista chefiado pelos generais Henrique Teixeira Lott e Odílio Denis.

No que tange à disposição industrial, na década de 1950 passou a haver um aumento significativo na porcentagem de grandes indústrias, sendo estas assim caracterizadas por empregar mais de 250 pessoas. Nota-se, também, uma crescente participação dos capitais estatais, seja através de empresas atuantes no segmento de infraestrutura e bens de produção, como a Petrobras, seja através de financiamento público, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, então BNDE) e outras instituições bancárias aportando inversões nos grandes capitais. Por fim, mas não menos importante, havia os capitais estrangeiros, que atuavam por entre os investimentos diretos externos, empréstimos e financiamentos, que passaram a dominar os setores mais avançados da indústria, como o de bens duráveis e parcela significativa do segmento de bens de capital (MORAIS, 1979, p. 25).

No decurso do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a Petrobras expandiu notavelmente as suas atividades, sendo esse crescimento ligado diretamente aos desdobramentos do projeto de desenvolvimento capitalista presente no programa governamental. O Plano de Metas instituiu diretrizes de fomento segmentadas para os ramos de energia, alimentação, transporte, indústrias básicas, educação e para a construção de Brasília. O enfoque acentuado em infraestrutura pode ser notado a partir dos recursos governamentais desembolsados em energia e transporte: 43,4% e 29,9% do montante total previsto, respectivamente (MOURA, 2003, p. 111).

O Plano de Metas também tinha o objetivo de fazer o país conquistar a autossuficiência em derivados de petróleo. O programa visava ampliar a capacidade produtiva das duas refinarias então em operação, a de Mataripe (RLAM) e a de Cubatão (RPBC), além de iniciar a construção de uma nova unidade, em Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. Para esse intento, foi aprovada a Lei nº 2.795, de 27 de novembro de 1956, garantindo os recursos necessários. Como resultado desses investimentos, em 1961, pela primeira vez, o país conseguiu fazer com que a capacidade de refino instalada fosse maior do que a demanda, em grande parte por conta da inauguração da Reduc, em setembro daquele ano (BERCOVICI, 2011, p. 167).

Ao assumir a presidência da República, JK delegou o tenente-coronel Janary Nunes para o comando da Petrobras, seguindo a linha de inserir um membro castrense na chefia da estatal¹¹. O novo presidente da petrolífera teve papel de destaque no desempenho da produção nacional de petróleo. O militar passou a ter maior visibilidade e apoio no meio político, dentre outros fatores, por ter superado as metas estipuladas. Em 1958, dos 40.000 barris/dia prometidos, a empresa produziu 60.000 barris/dia, partindo de 6.977 barris/dia em 1956 (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 78).

Como desdobramento da concretização das diretrizes do Plano de Metas, em julho de 1960 foram criados o Ministério das Minas e Energia (MME) e o Ministério da Indústria e Comércio (MIC). As empresas brasileiras atuantes nos ramos minerais e energéticos, como a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), passaram da alçada do Ministério da Agricultura para o MME. Já as estatais do segmento siderúrgico, como a CSN, foram para o MIC.

Na virada da década de 1950 para a de 1960 houve um recrudescimento da contrarrevolução preventiva brasileira. O agravamento desse processo esteve vinculado a uma miríade de fenômenos, os quais pode-se dividir sinteticamente em, pelo menos, dois agrupamentos.

O primeiro deles consiste em uma série de fatores exógenos, atinentes à Guerra Fria, relacionados à erosão dos impérios coloniais. Esse conjunto de fenômenos, que ameaçava a hegemonia estadunidense, foi caracterizado pela emergência de movimentos revolucionários e de libertação nacional por diversos países da periferia capitalista, muitos deles de cariz socialista. Um dos eventos internacionais de maior impacto no que tange ao aprofundamento da contrarrevolução preventiva no Brasil foi a Revolução Cubana, de 1959 (NETTO, 2014, p. 35).

O segundo fator que instigou o recrudescimento da contrarrevolução preventiva é de ordem interna e esteve atrelado à eclosão de movimentos e organizações de cunho popular pelo país. Destacam-se, por exemplo, o surgimento das Ligas Camponesas (1955), as criações do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (1961), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (1962), da Ação Popular (AP) (1962), dentre outros. No que se refere ao segmento petrolífero, em 1957 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Petróleo da Bahia (STIEP) e, em 1959, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros no Refino (Sindipetro), a partir do processo de expansão da refinaria de Mataripe (RLAM)¹².

Esses dois componentes, de ordem doméstica e internacional, vieram a se somar, no início dos anos de 1960, ao cenário de crise econômica e à escalada de políticas avessas aos interesses do bloco multinacional, como a Política Externa Independente e as reformas de base de João Goulart. Esse quadro foi um contributo fundamental para instigar as mobilizações anticomunistas e reacionárias dos militares e empresários incutidos na DSN, tendo fortes impactos nas lutas políticas ocorridas em torno da Petrobras.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, novamente uma intensa mobilização de empresários, militares e parlamentares – estes, outra vez, liderados sobretudo pela UDN - tentaram violar a Constituição, fazendo investidas para impedir o vice-presidente de assumir a chefia do Executivo. Devido às mobilizações sociais, como a campanha da legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, foi garantida a assunção presidencial de João Goulart em setembro do mesmo ano. Goulart, porém, assumiu após um “golpe brando” instituído no sentido de estabelecer um regime parlamentarista, reduzindo o seu poderio. O presidencialismo só viria ser retomado em janeiro de 1963, após escolha popular através de referendo firmado no mesmo mês¹³.

Este artigo não pretende (re)contar a história da Petrobras no período, logo, não serão esmiuçados os detalhes de todas as cinco gestões da Petrobras entre 1961 e o golpe de 1964¹⁴. Para os fins aqui propostos, é válido salientar algumas medidas importantes que contrariaram substantivamente os interesses do empresariado brasileiro, sobretudo da fração pertencente ao bloco civil-militar multinacional.

Uma dessas medidas ocorreu quando Francisco Mangabeira esteve à frente da companhia (02/1962 – 01/1963). Trata-se da entrada da petrolífera na distribuição de derivados de petróleo a partir da criação do Escritório de Distribuição de Produtos do Petróleo (EDIPE).

Na mesma época, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) aprovou resoluções que garantiam a participação da Petrobras como fornecedora de derivados ao sistema produtivo estatal e outros órgãos governamentais, além de possibilitar a sua atuação como distribuidora em território nacional. Ademais, em dezembro de 1968, a partir da Resolução nº 8, o Conselho afirmou que previa expandir o monopólio do Estado para a distribuição de produtos refinados (BERCOVICI, 2011, p. 178).

Uma outra medida importante foi firmada em 23 de dezembro de 1963, quando João Goulart assinou o Decreto nº 53.337, que reforçou o monopólio estatal presente na Lei n. 2004/1953, estendendo-o para a importação de petróleo e derivados. Como destaca Gilberto Bercovici (2011, p. 177), o intuito era:

[...] permitir uma maior diversificação de fontes de suprimento de combustíveis, além de aumentar o poder de negociação de preços e fretes e de poder ampliar a exportação de produtos brasileiros para os países nos quais o Brasil adquirisse petróleo e derivados.

Entretanto, a medida do governo de João Goulart que gerou maior descontentamento ao corpo empresarial atuante no Brasil foi a encampação das refinarias particulares. No Comício da Central, quando o então presidente assinou o decreto da Superintendência da Política Agrária (SUPRA) que declarava sujeitas à desapropriação propriedades subutilizadas, também foi decretada a estatização das unidades privadas de refino. A medida determinava a desapropriação em favor da Petrobras da Refinaria e Exploração de Petróleo União, da Refinaria de Petróleo Manguinhos S.A., da Companhia de Petróleo da Amazônia S.A., da Indústrias Matarazzo de Energia S.A., da Refinaria de Petróleo Ypiranga S.A. e da Destilaria Riograndense de Petróleo S.A. (BRASIL, 1964).

Esse conjunto de deliberações do governo frente às políticas petrolíferas contrariou os interesses de parcelas importantes do empresariado. Em reunião de 26 de fevereiro de 1964, quando João Goulart já evidenciava o intento de desapropriar as refinarias, houve uma reunião ordinária da ACRJ. Na ocasião, Fernando Mibielli de Carvalho, diretor da entidade e tesoureiro da Esso do Brasil (então vinculada à Standard Oil de New Jersey), proferiu declarações contrárias ao indicativo de encampação das unidades particulares de refino (REVISTA, 1964, p. 64).

Em evento convocado pela ACRJ, realizado em março de 1964, portanto momentos antes do golpe, representantes de diversas entidades patronais reuniram-se para criar o Comando Nacional das Classes Produtoras. Tendo a participação de mandatários da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Rural Brasileira (CRB), da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e outras, o episódio contou com fala do ipesiano Jorge Bhering de Mattos. Dentre os assuntos tratados em seu discurso, Jorge Bhering destacou a necessidade de “criar núcleos de bairros, ensinar nossas esposas e filhos a atirar” para contrapor a “ação comunista, ação que leva ônibus e veículos do DNER [Departamento Nacional de Estradas e Rodagem] e da Petrobrás a transportarem invasores de fazendas” (REVISTA, 1964, p. 22). O IPES também foi oficial e terminantemente contrário à encampação das refinarias privadas de petróleo, destacando que a medida constituía um “ataque à iniciativa privada” (ARQUIVO, notação BR_RJANRIO_QL_0_CDI_0003_D0001DE0010, p. 12).

As reações empresariais contra as políticas petrolíferas estabelecidas no governo João Goulart eram agravadas pelo fato de o movimento sindical da categoria ser fortemente mobilizado. As organizações dos petroleiros conseguiram ter ascendência frente à escolha de todas as quatro presidências da estatal nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Além disso, suas articulações não reivindicavam tão somente maiores direitos para a sua categoria, mas também exigiam a defesa da economia nacional e o caráter estatal da Petrobras (cf. IVO, 2019).

Após a derrubada de João Goulart com o golpe empresarial-militar de 1964, uma série de empresários proferiram declarações adulando a instituição da ditadura e realçando que o regime “salvou a Petrobras”. Foi o caso, por exemplo, de Raul de Góes, presidente da ACRJ. Em reunião ordinária da entidade, realizada em dezembro de 1964, Raul de Góes destacou, dentre outras coisas, que, com a “Revolução [sic]”, a Petrobras havia sido “recuperada”, devido ao expurgo “das víboras e dos ratos que a infestavam” (REVISTA, 1965, pp. 49-50). Em outra ocasião, presidentes do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, da Federação das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, da Confederação Nacional do Comércio e outras entidades patronais enviaram carta ao ditador Castelo Branco afirmando que a encampação das refinarias tinha o objetivo de estimular as greves nas unidades que seriam estatizadas (ARQUIVO, notação BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0708, pp. 652-654).

A relação entre mobilizações de frações importantes da burguesia e as políticas petrolíferas do país, nos momentos anteriores e posteriores ao golpe, revelam que a Petrobras esteve no coração da contrarrevolução preventiva que culminou na instauração da ditadura em 1964. É evidente que as relações sociais em torno da estatal estiveram longe de ser o único fator que carreou parcelas das classes dominantes a se engajarem na construção do golpe de Estado. No entanto, não é exagero afirmar que os episódios envolvendo a petrolífera estiveram no cerne daquele processo. As partes finais deste artigo são dedicadas a elencar aspectos que evidenciam o estreitamento das relações entre a Petrobras e o empresariado a partir da implantação do regime ditatorial.

Ditadura empresarial-militar: o bloco multinacional avança sobre a Petrobras

Fugiria dos propósitos deste artigo explicitar as diversas interpretações historiográficas acerca das causas e raízes do golpe de 1964¹⁵. No entanto, para os fins aqui almejados, é pertinente salientar que a implantação da ditadura foi resultado de uma intrincada e complexa imbricação de fatores e interesses resultantes do padrão de acumulação impingido pelo menos desde meados da década de 1950¹⁶.

Apenas para demarcar a posição teórico-interpretativa deste artigo, cabe realçar que a análise aqui proposta é antitética à vertente historiográfica que ainda parece ser hegemônica nos meios acadêmicos. Me refiro à interpretação inaugurada por Argelina de Figueiredo (1993), que identifica que, no período antecedente à ditadura (1961-1964), tanto esquerda quanto direita agiram em direção contrária à democracia. Ou seja, a autora imputa a responsabilidade do golpe tanto àqueles que o construiu quanto aos segmentos sociais que pleiteavam reformas sociais e foram obliterados da cena política, demarcando, assim, o que muitos denominam “teoria dos dois demônios” ou “teoria da ferradura”.

De forma diversa à interpretação de Argelina Figueiredo, Renato Lemos (2014, p. 126), calcado na perspectiva de René Dreifuss (1981)¹⁷, estabelece uma interpretação cujo enlace fundamental para a construção do golpe é percebido a partir da luta de classes. Na visão de Lemos (2014, p. 126), o avanço da contrarrevolução preventiva no período transcendia o governo de João Goulart. As classes dominantes percebiam que o problema estava no próprio regime político inaugurado com a Constituição de 1946. Neste período, após o Estado Novo, a ordem social capitalista era lastreada por estratégias de conciliação entre as

burguesias com as classes trabalhadoras, estas inseridas no “pacto” de forma subordinada. Portanto, como destaca o próprio René Dreifuss (1981, p. 140), a intensificação das mobilizações dos trabalhadores e as políticas reformistas de João Goulart acirrou o sentimento de insegurança por parte das classes dominantes, estas sim as grandes responsáveis pela implantação da ditadura, em conjunto com frações militares.

Um dos principais aparatos mobilizados pelo bloco multinacional para a construção do golpe de 1964 foi o complexo anticomunista que reunia o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)¹⁸. Esses *think tanks* eram compostos fundamentalmente por empresários vinculados aos capitais estrangeiros e por militares pertencentes à ESG, tendo aporte e ligações com órgãos estadunidenses, como a Central Intelligence Agency (CIA). Através do financiamento de campanhas políticas e da profusão de seu ideário pelos meios midiáticos, tais entidades atuaram ativamente contra as mobilizações sociais e as políticas de reformas propostas por João Goulart.

Após cumprir papel elementar na construção ideológica estabelecida para a desestabilização do governo, efetivando, finalmente, através de um golpe, o ímpeto do bloco multinacional de assumir o poder, os membros do IPES¹⁹ passaram a ser inseridos nas instituições oficiais do Estado. Organismos importantes foram tomados por ipesianos, como nos casos dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, ocupados, respectivamente, por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, ambos vinculados à entidade. Além disso, o IPES também fez parte da formulação de programas da ditadura, como o Plano de Ação Econômico do Governo (Paeg) (cf. DREIFUSS, 1981; BORTONE, 2018). Esses são alguns dos aspectos fundamentais que fazem com que o conteúdo do golpe e da ditadura que lhe sucedeu seja aqui identificado não apenas como militar, mas também como empresarial, na esteira da obra de René Dreifuss (1981) e de outros estudos influenciados pela pesquisa do cientista político²⁰.

No caso das políticas petrolíferas não foi diferente. Membros do IPES ocuparam parte expressiva dos organismos estatais responsáveis pelas diretrizes energéticas do Estado. Como demonstra Elaine Bortone (2018, pp. 200-206), o primeiro presidente da Petrobras na ditadura, o marechal Ademar de Queiroz, fazia parte do Estado-Maior do Instituto. Também pertenciam à entidade: o ministro de Minas e Energia da época, Mauro Thibau; os conselheiros da Petrobras Manoel da Costa Santos, Silvio Fróes de Abreu e Carlos Medeiros Silva; também eram ipesianos Emílio Mauro Maurell Filho e Haroldo Lisboa da Graça Couto, que ocuparam, respectivamente, a presidência e o conselho do CNP.

Mais especificamente sobre a Petrobras, outros presidentes que comandaram a empresa durante a ditadura (1964-1988²¹) colaboraram com o IPES, para além de Ademar de Queiroz, aqui já citado. Foram os casos de Ernesto Geisel (que presidiu a estatal entre 11/1969 e 07/1973), Shigeaki Ueki (03/1979 – 08/1984) e Hélio Beltrão (03/1985 – 05/1986). No corpo diretivo da petrolífera também circularam ipesianos. O próprio Shigeaki Ueki fez parte da diretoria entre 1969 até assumir o MME, em 1974. Além dele, Paulo Vieira Belotti também teve vínculos com o Instituto, sendo membro-diretor da empresa entre 1977 e 1989 (DREIFUSS, 1981, p. 472; BORTONE, 2020, p. 468).

A ascendência empresarial nas entidades estatais responsáveis pelas políticas petrolíferas durante a ditadura é uma boa chave para compreender os interesses por trás das primeiras diretrizes do regime para

o segmento. Nesse sentido, é importante destacar dois conjuntos de medidas importantes, sedimentados logo após a derrubada de João Goulart.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, com exceção do monopólio das importações de petróleo e derivados, as principais diretrizes no campo petrolífero instituídas no governo João Goulart, elencadas na subseção anterior, foram suspensas pela ditadura. Com a instauração do regime, nenhuma providência relacionada ao avanço do monopólio estatal para o campo da distribuição foi estabelecida, seara esta permeada por capitais estrangeiros. Além disso, uma das primeiras medidas de Castelo Branco para o segmento foi a promulgação do decreto 56.570 de 9 de julho de 1965, que revogou a encampação das unidades privadas de refino.

Em segundo lugar, e mais importante, está o fato de a repressão ter sido imediatamente imposta aos operários da empresa. O regime logo perpetrou inúmeras prisões, demissões e intervenções sobre as entidades sindicais da categoria. O controle da Petrobras e a imobilização política do conjunto de seus trabalhadores passou a ser entendido como questão de segurança nacional. Ao longo da ditadura, a coibição do exercício sindical dos trabalhadores e os aparatos repressivos da Petrobras foram constantemente atualizados. Esse fator constituiu um dos pilares fundamentais no rearranjo organizacional e no funcionamento da estatal a partir da implantação da ditadura (cf. PRAUN; COSTA, 2016; CAAF/Unifesp, 2023).

No que tange às políticas para o ramo mineral, pode-se perceber significativas mudanças com a instauração do regime. Em junho de 1964, o Senado aprovou a declaração de inconstitucionalidade à proibição de capitais estrangeiros no setor de mineração que o Supremo Tribunal Federal tinha instituído em 1963. É bom recordar que essa chancela do Legislativo à abertura do segmento às empresas estrangeiras ocorreu após a ditadura ter baixado o primeiro Ato Institucional, que implicou a cassação e suspensão de direitos políticos de diversos atores considerados desafetos do regime. O monopólio estatal do petróleo, no entanto, foi garantido a partir do projeto de Constituição enviado pelo ditador Castelo Branco ao Congresso no final de 1966, que virou o artigo 162 da Carta de 1967 (BERCOVICI, 2011, pp. 178-181).

No final do governo Castelo Branco foi efetuada a reforma do setor público através da promulgação do Decreto-Lei nº 200 de 1967 (reforma administrativa). Essa legislação definiu os contornos da descentralização na administração pública, submetendo as empresas e entidades estatais ao regime jurídico de direito privado. O artigo 27 do Decreto-Lei enfatizava “o princípio da descentralização”, garantindo às empresas públicas e sociedades de economia mista condições idênticas às do setor privado, sendo essas companhias compelidas a ajustarem-se ao plano geral do governo (BRASIL, 1967).

Esse movimento, que concedeu maior independência à Petrobras frente aos demais organismos político-institucionais, juntamente à repressão aos seus trabalhadores, tornou mais viável a ascendência do empresariado nas diretrizes da petrolífera. A parte final deste artigo elencará o vínculo entre o alto escalão da Petrobras e as empresas atuantes no país, de modo a gerar aportes para compreender a direção política da estatal em prol de interesses de classe específicos.

Para além do parasitismo: as relações orgânicas entre atores estatais e os grupos econômicos brasileiros

Diversos segmentos empresariais compassaram a sua dinâmica de acumulação junto aos negócios da Petrobras durante a ditadura. Tais setores econômicos nem sempre foram beneficiados de forma meramente passiva frente ao avanço do funcionamento da estatal no período em questão. A análise da trajetória do alto escalão da Petrobras e do desenvolvimento de sua estrutura produtiva evidencia que os representantes dos capitais privados, sobretudo aqueles do ramo petroquímico, tiveram significativa ascendência nos rumos das políticas da estatal.

Desse modo, é salutar considerar que a Petrobras, durante a ditadura, assentada em uma severa rede de repressão e vigilância contra os seus trabalhadores, não funcionou apenas de forma a garantir a sua auto-acumulação. Mais que isso, essa forma de reprodução de capitais por parte da estatal também esteve atrelada ao incremento dos negócios das empresas privadas pertencentes à sua órbita de funcionamento.

Por ser uma empresa que produz um dos principais insumos energéticos do país - o petróleo e seus derivados - as atividades da Petrobras e a composição de preços de seus produtos comprometem a reprodução do conjunto da economia. Entretanto, houve setores empresariais que foram significativamente beneficiados com a expansão da petrolífera, particularmente as empreiteiras de obras públicas, a indústria de bens de capital e as empresas petroquímicas.

Em relação às empresas de obras públicas e às indústrias atuantes na produção de bens de capital, embora tenha ocorrido um beneficiamento expressivo de tais segmentos por conta das atividades da Petrobras, a relação era de exterioridade. Ou seja, houve uma expansão dos negócios de tais frações industriais pelo fato de a Petrobras demandar produtos e serviços das mesmas, não havendo, portanto, parcerias ou associações de propriedade entre as partes. Teçamos breves considerações sobre a relação desses dois segmentos da economia e a Petrobras na ditadura.

No que tange ao segmento da construção pesada, conforme explicita o estudo de Pedro Henrique Pedreira Campos (2015, pp 324-325), parte expressiva de seus negócios passou a estar ligada estreitamente à expansão dos projetos da Petrobras. As empreiteiras e empresas de engenharia tinham a estatal como grande demandante de seus serviços, sobretudo a partir da chegada de Ernesto Geisel à presidência da petrolífera (1969-1973), momento que ficou marcado pela construção do Edifício Sede da Petrobras pela Norberto Odebrecht, no Rio de Janeiro. Além disso, a expansão de oleodutos, plataformas e refinarias no período aprofundava a galvanização financeira das empresas daquele ramo.

Já as indústrias do setor de bens de capital tinham as estatais como principais demandantes de seus produtos, sobretudo aquelas fabricantes de máquinas e equipamentos sob encomenda (TADINI, 1993). Ao analisarmos o anuário de 1974 (ABDIB, 1974) de uma das principais entidades de ação coletiva do setor, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), é possível perceber que, naquele ano, na soma de todas as 83 empresas associadas à entidade, pelo menos 58 delas atuavam fornecendo diretamente máquinas e equipamentos para os segmentos petrolífero, químico ou petroquímico, campos estes sob atuação expressiva da Petrobras.

Entretanto, foi o ramo petroquímico a fração empresarial que teve os seus negócios interligados organicamente às atividades da Petrobras no decurso da ditadura. É evidente que há uma tendência natural de proximidade entre a Petrobras e a indústria petroquímica, haja vista que este setor necessita de insumos básicos como a nafta e o gás natural, produtos gerados pelas refinarias petrolíferas que a estatal detinha o monopólio. No entanto, a Petrobras não atuou apenas como mera fornecedora de matéria-prima para o segmento petroquímico. A companhia foi a principal impulsionadora da ampliação do setor no país, em um processo cujas fronteiras entre público e privado estiveram borradas.

As informações presentes nos Quadros 1 e 2 a seguir evidenciam uma das faces acerca do imbricamento entre a Petrobras e as empresas particulares. No decorrer da explanação, ficará evidente o peso proeminente que o segmento privado petroquímico possuía frente à estrutura de funcionamento da Petrobras durante a ditadura.

Quadro 1 - Presidentes da Petrobras com passagem em empresas privadas (1964-1988)

Nome	Civil/Militar	Empresas privadas em que atuou
Ademar de Queiroz (07/04/1964 – 30/06/1966) *	Militar	Direção da Bakol S.A.; Oxigênio S.A.; Oxigênio Nordeste S.A.
Irnack Carvalho do Amaral (30/06/1966 – 27/03/1967)	Civil	
Arthur Duarte Candal da Fonseca (27/03/1967 - 24/03/1969)	Militar	
Waldemar Levy Cardoso (28/03/1969 - 30/10/1969)	Militar	
Ernesto Geisel (06/11/1969 - 06/07/1973) *	Militar	Norquisa
Floriano Peixoto Faria Lima (17/07/1973 - 01/10/1974) *	Militar	União de Indústrias Petroquímicas S.A.; Petroquímica União.
Araken de Oliveira (03/10/1974 - 13/03/1979)	Militar	
Shigeaki Ueki (23/03/1979 - 28/08/1984) *	Civil	Banco Moreira Sales; Cevokol Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A.; Bakol; Sadokin S.A.; Camargo Corrêa; Petroleum Finance Corporation
Thelmo Dutra de Rezende (28/08/1984 - 19/03/1985)	Militar	
Hélio Beltrão (19/03/1985 - 15/05/1986) *	Civil	Companhia Brasileira de Participações (Cobrapar/Grupo Ultra); Mesbla S.A.; Credibrás Financeira S.A.; Companhia de Cimento Portland Paraíso; Oxiteno do Nordeste S.A.; Ultrapar Participações S.A.; Companhia Petroquímica do Nordeste S.A.
Ozires Silva (19/05/1986 - 21/06/1988)	Militar	Varig; Pele Nova Biotecnologia; Unimonte; Universidade São Judas
Armando Guedes Coelho [interino] (21/06/1988 – 23/01/1989) *	Civil	Fábrica Carioca de Catalisadores; Companhia Suzano de Papel e Celulose; Politeno; Petroflex; Polibrasil; Polipropileno

* passagem pelo alto escalão de empresas privadas do ramo petroquímico.
Fontes: DREIFUSS, 1981; BORTONE, 2018. DICIONÁRIO, s/d.

O Quadro 1 elenca os presidentes da Petrobras entre 1964 e 1988, discriminando a sua origem, civil ou militar. Os nomes preenchidos com a cor azul indicam os presidentes da companhia que atuaram junto a empresas privadas, antes e/ou depois de sua passagem pela liderança da estatal.

Dos 12 presidentes da Petrobras entre 1964 e 1988, mais da metade (sete, ou 58%) teve passagem por empresas privadas, antes ou depois de atuarem no cargo máximo da estatal. Além da grande profusão de militares na presidência da companhia, aliás, quase todos com passagem pela ESG - fator que evidencia a militarização da empresa e o seu caráter autocrático assentado na DSN – o Quadro 1 indica o considerável entrelaçamento entre os militares, a Petrobras e as empresas privadas. Dos oito membros das Forças Armadas que ocuparam a presidência da companhia, a metade (quatro) atuou junto a capitais particulares, antes ou depois de passar pela estatal. Cabe salientar, conforme destaca René Dreifuss (1981), que a participação de membros da caserna no corpo diretivo de empresas ou como acionista das mesmas contribuiu para a politização da força castrense no período em tela. Ademais, dos doze presidentes da companhia, 1/3 (quatro) era civil, sendo que três destes passaram por empresas privadas.

Quadro 2 - Diretores da Petrobras com passagem em empresas privadas (1964-1988)

Nome/período de duração da direção	Militar/Civil	Empresas privadas em que atuou
Adolpho Rocca Dieguez (1964 - 1969)	Militar	Presidência da União de Indústrias Petroquímicas S.A. O grupo tinha participações na Petroquímica União S.A., Carbochloro S.A., Brasivil, Poliolefinas S.A., Empresa Brasileira de Tretâmeros e do Consórcio Paulista de Monômeros
Geonísio Carvalho Barroso (1965 - 1967)	Civil	Dow Chemical
José Varonil de Albuquerque Lima (1967 - 1969)	Militar	
Yvan Barreto de Carvalho (1967 - 1969)	Civil	
Leopoldo Américo Miguez de Mello (1965 - 11/04/1967; 1969 - 1975)	Civil	

Shigeaki Ueki (1969-1974)	Civil	Banco Moreira Sales; Cevekol Indústria e Comércio de Produtos Químicos S.A.; Bakol; Sadokin S.A.; Camargo Corrêa; Petroleum Finance Corporation
Haroldo Ramos da Silva (1969 - 1975)	Civil	
Florian Peixoto Faria Lima (1969 - 1972) -	Militar	União das Indústrias Petroquímicas S.A. (Unipar); Petroquímica União
Adolpho Barroso de Vasconcellos (1974 - 1977)	Militar	Navenorte; Esabras
Celso de Azevedo Daltro Santos (04/1974 - 1976)	Militar	
Carlos Alberto Sholl Isnard (1974 - 1980)	Civil	General Eletric; Editora José Olímpio
Orfila Lima dos Santos (1975 - 1984)	Civil	
José Marques Neto (1977 - 1981)	Civil	
Paulo Alcídio Gaissler Teixeira de Freitas (1977 - 1980)	Militar	
Paulo Vieira Belotti (1977 - 1989)	Civil	Companhia Pernambucana de Borracha (Coperbo); Companhia Petroquímica do Nordeste (Ciquine); Petroquímica de Camaçari (CPC);
Carlos Sant'Anna (1979 - 1982)	Civil	Libra Trade; Altman Consultoria e Representações; Orin Consultoria Ltda.
Carlos Walter Marinho Campos (1979 - 1985)	Civil	Du Pont
Thelmo Dutra de Rezende (1979 - 1984)	Militar	Diretor da United Kingdom Mutual Steam Ship Assurance Association Limited
Armando Guedes Coelho - Diretor (1981 - 1987)	Civil	Fábrica Carioca de Catalisadores; Companhia Suzano de Papel e Celulose; Politenio; Petroflex; Polibrasil; Polipropileno; Petroquímica União

Joel Mendes Rennó (1983-1986)	Civil	AEG - Telefunken; Universidade Mackenzie; Consultor de empresas dos setores elétricos, de mineração e siderúrgico (1987-1992); proprietário de empresa de consultoria nos segmentos de petróleo, petroquímica e energia (a partir de março de 1999)
Almir Saraceni (12/09/1984)	Militar	
Wagner Freire Oliveira e Silva (1985-1990)	Civil	Consultor privado de energia
Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (1985-1991)	Militar	
José Edilson de Melo Távora (1986 - 1988)	Civil	Alcanorte
Roberto Villa (1988 – 1989)	Civil	Rio Polímeros

*passagem pelo alto escalão de empresas privadas do ramo petroquímico.

Fontes: Fontes: DREIFUSS, 1981; BORTONE, 2018. DICIONÁRIO, s/d.

Seguindo o mesmo método do Quadro 1, o Quadro 2 elenca os 25 diretores da Petrobras que, conforme consta nos relatórios da empresa, ocuparam o posto entre 1964 e 1988, discriminando a sua origem, civil ou militar. A cor azul indica os membros da direção da estatal que passaram por corporações privadas, antes ou depois de assumir o posto na petrolífera.

Se a presidência da Petrobras durante a ditadura foi predominantemente ocupada por militares (8 de 12 membros), a diretoria da companhia foi marcadamente preenchida por civis (16 das 25 cadeiras). Apesar disso, a presença de militares na diretoria da empresa está longe de ser desprezível, uma vez que, dos 25 diretores, 9 eram pertencentes às Forças Armadas.

Em relação aos civis que passaram pelo corpo diretivo da Petrobras, é importante realçar que a maioria deles tinha formação técnica, mas também pertencia ao corpo empresarial do país, ou passaria a atuar no alto escalão de corporações privadas. Dos 16 civis, 12 (75%) atuaram junto a empresas particulares, antes ou depois de passarem pela direção da Petrobras. Em relação aos militares, dos 9 que ocuparam a direção da empresa, 4 (44%) passaram a atuar na iniciativa privada posteriormente. Ao todo, dos 25 diretores da Petrobras que ocuparam o posto durante a ditadura, civis e militares, 16 (ou 64%) tiveram passagem por empresas privadas.

Considerando todos os diretores e presidentes que geriram a Petrobras durante a ditadura, que perfaz um total de 37 pessoas, 23 (ou 62%) atuaram no alto escalão de corporações privadas. A maioria desses agentes passou a operar na iniciativa privada *após* passagem pela Petrobras²². Esses fatores caracterizam um caso típico daquilo que alguns economistas e cientistas políticos denominam de “porta giratória”, que consiste no fato de agentes públicos saírem de seus cargos no Estado para integrar postos em empresas privadas ligadas às atividades que exerciam no setor público (ou o inverso). Nesses casos, os

agentes passam a atuar na iniciativa privada após ter tido acesso a informações privilegiadas, sensíveis ou sigilosas, o que contribui para a existência de favorecimentos indevidos em prejuízo das classes subalternas.

As áreas de atuação na iniciativa privada pelas quais os agentes que passaram pela Petrobras se destinaram também é um elemento importante e merece atenção. A partir das informações presentes nos Quadros 1 e 2, pode-se perceber os seguintes segmentos econômicos pelos quais os diretores ou presidentes da Petrobras tiveram atuação: petroquímico, financeiro, naval, elétrico, comercial, mineração, aeroviário, tecnologia, educação, papel e celulose, construção pesada, editorial, consultoria corporativa e eletrodomésticos. A maior parte desses segmentos, direta ou indiretamente, funcionava em atividades que operavam em consonância com os negócios da Petrobras ou suas subsidiárias durante a ditadura.

É possível identificar, no entanto, que o ramo petroquímico foi a área privada que abrigou parte esmagadora daqueles que ocuparam o alto escalão da Petrobras e que tiveram atuação junto às empresas privadas. Os asteriscos em frente aos nomes presentes nos Quadros 1 e 2 indicam os agentes que tiveram passagem por empresas privadas do segmento petroquímico. Dos sete que passaram pela presidência da Petrobras entre 1964 e 1988 e que foram vinculados a empresas privadas, apenas um (Ozires Silva) não teve passagem por empresa petroquímica. Dos 16 diretores da petrolífera com passagem em empresas privadas, 10 deles atuaram no ramo petroquímico. Ao todo, dos 23 presidentes e diretores da Petrobras que tiveram vínculos com empresas particulares, 16 (ou 69%) deles atuaram junto ao segmento petroquímico.

O entrelaçamento da trajetória dos escalões superiores da Petrobras com a indústria petroquímica privada é uma boa chave para compreender a validação sistematizada dos interesses daquele segmento por entre as políticas do Estado brasileiro. É possível notar o estabelecimento de medidas de incremento ao setor desde os primeiros momentos da ditadura, em um processo que veio a ter a criação, em 1967, da Petrobras Química S.A. (Petroquisa), subsidiária da estatal, como a “joia da coroa”. A não extensão do monopólio estatal para o ramo petroquímico, o aumento de recursos públicos para o segmento, como no caso da criação dos polos petroquímicos, bem como a estabilização e robustecimento de grupos econômicos do ramo através da aplicação acionária da Petroquisa, foram algumas das diretrizes do Estado impingidas, em grande medida, por conta da mobilização das entidades organizativas do empresariado brasileiro²³.

O empresariado agiu ativamente na construção do golpe de 1964. Com a implantação da ditadura, suas frações passaram a colher as recompensas de seus “esforços (contra)revolucionários”. A Petrobras, como aqui evidenciado, esteve no cerne desse processo.

Considerações finais

Este artigo buscou evidenciar a importância da Petrobras frente à organização e aos interesses da classe dominante brasileira. As políticas petrolíferas e as relações sociais em torno da estatal do petróleo constituíram quesitos fundamentais para acirrar a postura reacionária do agrupamento civil-militar anticomunista que veio enlaçar o golpe de 1964.

O bloco multinacional, incutido na Doutrina de Segurança Nacional de combate ao “inimigo interno” – elementos esses definidos na primeira parte deste artigo – passou a perceber as mobilizações dos

trabalhadores e as políticas energéticas impingidas no governo João Goulart como uma ameaça à segurança nacional e à propriedade privada. As reações empresariais às medidas para o ramo implementadas nos primeiros anos da década de 1960, com destaque para a encampação das unidades privadas de refino, constituíram um dos elementos que induziu o acirramento da postura contrarrevolucionária-preventiva de parcelas importantes da burguesia, de modo a instigar a sua participação na construção do golpe de 1964. Como destacado na segunda parte, essas frações empresariais não apenas se organizaram e se manifestaram contra as estatizações antes do golpe, como fizeram questão de adular a “revolução”, expressando que o novo regime salvara a Petrobras do “comunismo”.

Com a sedimentação da ditadura, diversos atores vinculados ao IPES, entidade civil-militar anticomunista que teve papel fundamental na construção do golpe de 1964, ocuparam cargos importantes no Estado, inclusive na Petrobras e nas entidades responsáveis pelas diretrizes petrolíferas, conforme realçado na terceira parte. Ademais, a expressiva maioria dos presidentes e diretores da estatal do petróleo veio a ser inserida no alto escalão de grupos econômicos privados, a maior parte deles em áreas correlatas à da Petrobras, com destaque para o ramo petroquímico, como demonstrado na seção final deste artigo.

Os elementos aqui expostos visam, por um lado, combater certas perspectivas que consideram que, com a ditadura, tanto o Estado quanto a Petrobras passaram a ser permeados por tecnocratas alheios a interesses políticos e econômicos²⁴. Por outro lado e por conseguinte, a análise aqui empreendida visou fornecer contribuições à vertente historiográfica que vem concedendo fatos aportes empíricos que indicam que o golpe de 1964 e a ditadura então instituída teve um caráter eminentemente militar e de classe. O estudo mais paradigmático nesse sentido é o de René Dreifuss (1981), que analisa a articulação fundamental de frações empresariais e militares (bloco multinacional) na construção da derrubada do governo Goulart. Nos últimos anos, uma série de outros estudos vem esmiuçando a relação orgânica entre o empresariado e a ditadura, seja através da repressão (cf. MELO et al, 2014; SILVA, 2018b; SANTOS; NETO, 2020); seja em relação ao direcionamento mais geral das políticas do Estado (cf. CAMPOS, BRANDÃO, LEMOS, 2020; GALVÃO, 2020; HOEVELER, 2023) muitas dessas pesquisas baseadas no arcabouço analítico de Dreifuss (1981).

Portanto, na trilha de Dreifuss (1981), este estudo procurou “jogar água no moinho” daqueles que vêm trazendo subsídios materiais a fim de contribuir para a caracterização da ditadura como civil e militar, sem cair na armadilha daqueles que caracterizam o elemento “civil”, sem comprovações empíricas consistentes, como sinônimo de legitimidade ou adesão popular ao regime (cf. ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010; ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021). Essa parcela que selou aliança com as Forças Armadas para a construção do golpe não pertence a outra classe senão a burguesia, mais propriamente àquela fração vinculada, direta ou indiretamente, aos capitais multinacionais. Durante o regime, a Petrobras esteve submetida, de forma complexa e contraditória, aos ditames empresariais-castrenses que *conquistaram*²⁵ o Estado em 1964.

Referências:

ABDIB. **Anuário**, 1974.

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. **Os desbravadores: A Petrobras e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ANPOCS, 1994.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964 - 1984**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIVO Nacional. IPÊS – Boletim informativo n. 18 – ano III – janeiro de 1964. **Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais**, notação BR_RJANRIO_QL_0_CDI_0003_D0001DE0010.

ARQUIVO Nacional. Coordenação de Documentos Escritos/Documentos do Executivo e do Legislativo. **Fundo Conselho de Segurança Nacional**, notação BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0708.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

BERCOVICI, Gilberto. **Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BORTONE, Elaine. **O IPES e a ditadura empresarial-militar: os casos das estatais federais e da indústria farmacêutica**. 2018. Orientador: Renato L. do C. e Lemos. Tese de doutorado em História – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 53.701**, de 13 de março de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco-1964-393663-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18/10/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3u1VZTR> Acesso em: 23/09/2022.

CAMPOS, Pedro H. P. **Estranhas catedrais**. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2015.

CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. (orgs.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARVALHO, Getúlio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CARVALHO, Julio C. P. **Petróleo e ditadura no Brasil: a militarização da Petrobras e a garantia dos interesses empresariais brasileiros (1938-1964)**. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2023/AnaisMM2023/60_MM2023_IDENT.pdf. Acesso em: 22/01/2024.

CODATO, Adriano et al. A porta giratória do Banco Central do Brasil. In: CODATO, Adriano; ALBUQUERQUE, Mateus de. **Os mandarins da República: presidentes e diretores do Banco Central do Brasil**. São Paulo: Almedina, 2023.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo, SP, Brasil: Editora Unifesp, 2017 [1968].

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989 [1981].

CRUZ, André Kaysel Velasco e. **Entre a nação e a revolução: o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular no Peru e no Brasil (1928-1964)**. 2013. Orientador: Bernardo Ricupero. Tese de doutorado em Ciência Política - USP, São Paulo, 2014.

CUPERTINO, Fausto. **Os Contratos de Risco e a Petrobras** (o petróleo é nosso, o risco é deles?). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 23/01/2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

IVO, Alex. **O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura** (Bahia, 1957 – 1968). 2019. Orientadora: Maria Cecília Velasco e Cruz. Tese de doutorado em História Social – UFBA, Salvador, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GALVÃO, Elisandra. **A política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado**. Orientadora: Regina A. L. Bruno. Tese de doutorado em Ciências Sociais – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2020.

HOEVELER, Rejane C. O Conselho das Américas e a ditadura brasileira. **Projeto História**, v. 77, p. 181-209, 2023.

LAFER, Celso. **O sistema político brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. s/d. Disponível em: <https://bit.ly/48QuxY8>. Acesso em: 18/01/2024.

LEMOS, Renato do C. N. e. **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. *Marx e marxismo*, v. 2, n. 2, p. 111-138, jan./jul. 2014.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. A aliança empresarial-militar no Brasil: anticomunismo e segurança nacional (1949-1964). In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M; LEMOS, Renato L. do C. N. e (orgs.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEOPOLDI, Maria A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MACIEL, David. Revolução burguesa e autocracia no Brasil. In: BATISTA, Alexandre Blankl et al (orgs.). **Estado, poder e revolução: reflexões de um mundo em crise**. Porto Alegre: FCM, 2019.

MANGABEIRA, Francisco. **Imperialismo, petróleo, Petrobrás**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

- MELO, Demian Bezerra de et al. "Civis que colaboraram com a ditadura". In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.
- MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELO, Demian; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, vol. 18, p. 13-43, 1º semestre de 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o marxismo**, v.2, n. 2, jan/jun 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O patronato agroindustrial e o golpe de 1964. In: CAMPOS, Pedro H. P.; BRANDÃO, Rafael V. da M.; LEMOS, Renato L. do C. **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- MORAIS, Maria. Considerações sobre a crise de 1964. In: MANTEGA, Guido; MORAIS, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOURA, Gerson. **A campanha do petróleo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Mariluce et al. **Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.
- NETTO, José P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- POULANTZAS, Nicos. **O poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.
- PRAUN, L.; COSTA, C. Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobras. **Revista do Arquivo**, v.2, p. 2-20, 2016.
- PRAUN, Luci et al. **Responsabilidade de empresas por violações a direitos durante a ditadura: caso Petrobras**. Relatório final de pesquisa. São Paulo: CAAF-Unifesp/MPF, 2023.
- REVISTA das Classes Produtoras, ano XXVI, n. 957, mar/1964.
- REVISTA das Classes Produtoras, ano XXVII, n. 967, jan./1965.
- RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. São Paulo: Alameda, 2023.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína (orgs.). Apresentação. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil**. Salvador: Saggá, 2021.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta. **A construção social dos regimes autoritários**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES Neto, Antonio. **Cia. Docas de Santos: eternamente em berço esplêndido; responsabilidade empresarial na repressão aos trabalhadores da Baixada Santista**. São Paulo: Sundermann, 2020.
- SILVA, Flávia. **Capital internacional e a Petrobrás na ditadura brasileira: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984)**. 2018. Orientador: Fábio Antonio de Campos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Econômico – Unicamp, Campinas, 2018a.

SILVA, Marcelo A. de C. **As práticas de normalização da violência operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na ditadura militar brasileira** (1964-1985). Orientadora: Alessandra de Sá M. da Costa. Tese de doutorado em Administração – PUC, Rio de Janeiro, 2018b.

STIGLITZ, Joseph E. **O mundo em queda-livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TADINI, Venilton. Perspectivas do setor de bens de capital sob encomenda no Brasil. Texto elaborado para apresentação no V Fórum Nacional, março/1993.

VARGAS, Getúlio. **Carta testamento de Getúlio Vargas: duas versões**. Instituto Moreira Salles, s/d. Disponível em: <https://correio.ims.com.br/carta/cartas-testamento-de-getulio-vargas-duas-versoes/>.

VOIGT, Márcio Roberto. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira** (1969-1985). 2010. Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Vizentini. Tese de doutorado em Ciência Política – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

Notas

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É membro-pesquisador do Grupo de Trabalho Sobre Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB) e do Grupo de Estudos René Dreifuss (GERD). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5563432252987348> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7616-1244> E-mail: julio.pereiradecarvalho@gmail.com

² De forma bastante resumida, o bloco no poder é uma unidade complexa e contraditória que concentra as fricções entre classes ou frações das classes dominantes, que coexistem no nível da dominação política. cf. POULANTZAS, 1977, p. 137.

³ O termo é desenvolvido por Florestan Fernandes (2020).

⁴ Sobre a aproximação dos conceitos de revolução passiva e contrarrevolução preventiva, ver: COUTINHO, 1989, p. 126; MATOS, 2017, pp. 11-15; MACIEL, 2019.

⁵ A acepção “nacionalismo popular” é de André Kaysel V. e Cruz (2014).

⁶ Neste capítulo, esse campo é tratado como “nacionalista popular”, nos termos de André Kaysel V. e Cruz (2014).

⁷ O autor se baseia no conceito de René Dreifuss (1981).

⁸ Uma defesa de que a Petrobras foi “despolitizada” após a assim chamada “revolução” de 1964, pode ser percebida em CARVALHO, 1976, pp. 157-161.

⁹ Para uma exposição mais detalhada acerca da criação da Petrobras, ver: COHN, 2017; MOURA, 1986.

¹⁰ O Estatuto do Petróleo foi um projeto de lei produzido pelo governo de Eurico G. Dutra (1945-1951) que tinha como uma de suas principais diretrizes a permissão para que capitais privados (locais e estrangeiros) participassem da produção petrolífera no Brasil. O envio do projeto ao Congresso, em 1948, foi acompanhado por forte oposição social, cuja organização ficou conhecida como “Campanha do Petróleo”, que durou até a criação da Petrobras, em outubro de 1953 (cf. COHN, 2017; MOURA, 1986).

¹¹ Janary Nunes foi o terceiro presidente da Petrobras, assumindo em fevereiro de 1956 e ficando no cargo até dezembro de 1958. Os dois que o antecederam foram Juracy Magalhães (04/1954 – 09/1954) e Artur Levy (08/1954 – 02/1956), ambos oficiais gerais. Sobre a militarização da Petrobras no período, cf. CARVALHO, 2023.

¹² Informações retiradas no sítio oficial do Sindipetro Bahia: <http://www.sindipetroba.org.br/2019/o-sindicato/historia/>. Acesso em: 01/09/2023.

¹³ Sobre o governo João Goulart e a luta de classes no Brasil, cf. BANDEIRA, 1978; DREIFUSS, 1981, especialmente o capítulo 4.

¹⁴ Os presidentes da Petrobras entre 1961 e o golpe de 1964 foram os seguintes: Idálio Sardenberg (12/1968 – 02/1961), Geonísio Barroso (02/1961 – 01/1962), Francisco Mangabeira (02/1962 – 01/1963), Albino Silva (06/1963 – 01/1964) e Osvino Alves (02/1964 – 04/1964).

¹⁵ Para um balanço historiográfico e uma crítica aos revisionismos em torno do golpe de 1964, ver: MELO, 2014.

¹⁶ Os principais elementos econômicos, políticos e sociais da crise do início dos anos de 1960, que teve a ditadura como desfecho, são muito bem resumidos pela historiadora Sonia Mendonça, em texto que analisa a relação entre a burguesia agrária e o golpe de 1964: MENDONÇA, 2020.

¹⁷ Cabe informar que, em grande medida, é a partir da contraposição à obra de René Dreifuss que Argelina Figueiredo estrutura o seu estudo. Para uma crítica das críticas à obra de René Dreifuss, ver: MELO; HOEVELER, 2014.

¹⁸ O IBAD foi criado em 1959 e o IPES em 1961.

¹⁹ O IBAD foi fechado em 1963, após Comissão Parlamentar de Inquérito que evidenciou que a entidade, através da Ação Democrática Popular (Adep), recebera financiamento estrangeiro para favorecer candidatos oposicionistas na campanha eleitoral de 1962. Cf. DREIFUSS, 1981; LAMARÃO, s/d.

²⁰ Ver, por exemplo, livro organizado por Pedro Campos, Rafael Brandão e Renato Lemos, no qual muitos dos capítulos evidenciam a relação entre o golpe/ditadura com as burguesias, fornecendo aportes que podem contribuir para a caracterização do regime como empresarial-militar. cf. CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020.

²¹ Em relação à periodização da ditadura, que, na interpretação deste artigo, vai até 1988, estamos de acordo com a proposta de Renato Lemos (2014, p. 135). O autor destaca que a Constituição de 1988 significou o ponto culminante de pactuação de outro regime.

²² Todos aqueles que passaram pela presidência da Petrobras e atuaram junto a empresas privadas, que fez um total de 7 agentes, passaram a integrar a iniciativa particular *após* passagem pela liderança da estatal. Um adendo deve ser feito para Shigeaki Ueki e Hélio Beltrão, que integraram a direção de empresas privadas antes e depois de passarem pela Petrobras.

²³ Essas medidas são elencadas em relatório final do projeto coordenado pelo Centro de Arqueologia e Antropologia da Unifesp, em parceria com o MPF (PRAUN et al, 2023). O projeto foi instaurado para investigar a participação de empresas em violações de direitos durante a ditadura.

²⁴ Essa visão em relação ao Estado ditatorial pode ser percebida em livro de Celso Lafer (1975). Já em relação à Petrobras, ver livro de Getúlio Carvalho (1977).

²⁵ O termo consta em título da obra de Dreifuss (1981).

Recebido em: 25 de jan. 2024

Aprovado em: 06 de abr. 2024